

PRÁTICAS EDUCATIVAS NO PERÍODO REPUBLICANO, UBERLÂNDIA 1915 a 2005: UMA EXPERIÊNCIA DE DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E MUSEU.

Maria de Fátima Ramos de Almeida – Prof^ª. Dr^ª. INHIS/ UFU

Sandra Cristina Fagundes de Lima – Prof^ª. Dr^ª. FACED/ UFU

I

A mostra *Práticas Educativas no Período Republicano – Uberlândia: 1915 a 2005*, planejada por um grupo de trabalho que envolve pesquisadores das áreas de História, História da Educação e Artes Plásticas¹, foi realizada no período de agosto a outubro de 2006, no salão de exposições do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), do Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A exposição fez parte do Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Básico, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Ensino e Extensão (PROEX) da UFU, como um dos projetos desenvolvidos no eixo Meio Ambiente e Patrimônio.

O propósito do grupo foi apresentar e discutir com o público e, especificamente, com os professores inscritos no Programa de Formação Continuada, representações das configurações assumidas pela educação republicana em Uberlândia ao longo do século XX, com ênfase nas relações interétnicas, nas relações com o ambiente e nas práticas de preservação do patrimônio cultural produzidas e implementadas, no Brasil, pelos gestores das políticas educacionais e pelos educadores.

Tendo em vista uma iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, de arremeter, selecionar, preservar e apresentar ao público testemunhos da experiência educacional de Minas Gerais, por meio do Centro Regional de Referência do Professor – com unidades distribuídas em várias regiões do Estado – o grupo acima referido resolveu dar continuidade a essa experiência em Uberlândia, considerando a importância de tal mostra para estimular a prática de preservação da memória social.

O acúmulo de pesquisas sobre a história da educação no município de Uberlândia, tanto no que diz respeito à diversidade temática quanto ao levantamento de documentos e

¹ **Orientadores:** Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Ramos Almeida (INHIS/UFU), Ms. Marcos Henrique Silva (Museu Municipal) e Prof^ª Dr^ª Sandra Cristina Fagundes de Lima (faculdade de Educação/UFU). **Alunos:** a) Estagiários: Cristiane Angélica Ribeiro (Pedagogia/UFU), Diogo de Souza Brito (História/UFU), Reginaldo João de Oliveira (Química/UFU); b) Colaboradores: Angélica Martins Pinho Rocha (Pedagogia/UFU), Guilherme Bertoldo Miranda (História/UFU), Mariana Pacheco Miranda (Pedagogia/UFU), Pamela Aparecida Vieira Simão (História/UFU).

constituição de banco de dados, possibilita apresentar à comunidade local (acadêmica e não acadêmica) parte da história das práticas educativas que foram implementadas na cidade. As pesquisas realizadas até o momento abrangem uma diversidade temática que vai desde a história de instituições escolares existentes até as representações da educação construídas e divulgadas pela imprensa. Além desses aspectos, as pesquisas identificaram modos de fazer, experiências, mobiliário, recursos didáticos, instrumentos pedagógicos, ambientes e documentos iconográficos acumulados pelas escolas e armazenados em porões, salas desativadas, enfim, espaços impróprios para a manutenção e preservação e, sobretudo, para a divulgação desse acervo, uma vez que fica escondido, distante dos olhos dos sujeitos que os produziram e os utilizaram durante o século XX.

Nesse sentido, o objetivo geral da exposição foi apresentar o processo histórico da educação básica em Uberlândia no período republicano (1915 a 2005), tendo em vista uma perspectiva crítica sobre as ações pedagógicas produzidas e implementadas no século XX.

Além disso, tínhamos, especificamente, os seguintes objetivos: A) Proporcionar aos sujeitos envolvidos com a educação escolar uma visão panorâmica da história da educação pública em Uberlândia, que lhes possibilitasse uma reflexão crítica sobre as relações interétnicas e com o ambiente, bem como sobre as práticas de preservação da cultura que eles produziram e implementaram ao longo do século XX. B) Apresentar os deslocamentos ocorridos na prática educativa no que diz respeito a métodos de ensino, perfil do professor e do aluno, arquitetura e mobiliários escolares. C) Associar diferentes linguagens (artes plásticas, fotografias, vídeo e texto) para apresentar o processo histórico da educação básica em Uberlândia. D) Promover a interação do público visitante com a memória de sua experiência escolar. E) Recolher testemunhos referentes à memória da experiência educacional do público visitante por meio de ambiente interativo. F) Abranger um contingente populacional amplo para conhecer a história da educação em Uberlândia.

Para a realização da mostra, além da pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa de campo para conhecer o acervo existente nas escolas públicas da cidade, tanto no que diz respeito aos utensílios (mobiliários, recursos didáticos etc.), quanto no que concerne aos documentos (diários de classe, livros de matrícula, boletins de alunos, fotografias e outros). Constatamos, em muitas escolas, que a maioria dos objetos em desuso encontra-se empilhada em porões e/ou em salas fechadas infestadas por traças e cupins. Muitos móveis estão se decompondo e a documentação que sobreviveu está em processo acelerado de desintegração.

Depois de conhecer o acervo das escolas visitadas, selecionamos o material que nos interessava e iniciamos o processo de sua recolha. Algumas escolas não se dispuseram a emprestar o material e outras sequer permitiram nossa entrada. Porém, houve diretores muito receptivos que, além de permitir a nossa entrada, emprestaram os artefatos solicitados e ofereceram outros que não buscávamos. Contamos também com a contribuição do Museu Municipal, do Centro de Regional de Referência do Professor de Uberlândia/MG, de uma professora da rede pública municipal, de uma bolsista de nosso projeto e de uma historiadora do CDHIS, que nos emprestaram artefatos e documentos (cadernos e livros didáticos) de acervos públicos e particulares.

II

Proclamada a República no país em 1889, o povo brasileiro carecia de uma identidade cultural que lhe conferisse unidade e, por conseguinte, o Brasil não se constituía, de fato, como um estado nacional. Havia para alguns republicanos a crença de que só por meio da unidade cultural os conflitos seriam apaziguados, a ordem assegurada e o progresso, finalmente, alcançado.

Dessa forma, a defesa de se ensinar à população os rudimentos da leitura e os princípios básicos da escrita foi encampada por vários intelectuais, profissionais liberais e membros da elite política, econômica e militar que se debatiam em torno dos problemas pelos quais passava o país após as primeiras décadas da mudança de regime político. “Naqueles anos, quando ainda não se falava de subdesenvolvimento e dependência, e sim de atraso e civilização, acreditava-se que, pela educação, se formariam o caráter moral e a competência profissional dos cidadãos, e que isso determinaria o futuro da Nação” (SCHWARTZMAN, 2000, p. 19). Para esses grupos, a escola adquiriu, então, status privilegiado como locus formador do “cidadão republicano” e para atingir seus objetivos deveria ser reformada tanto no que dizia respeito aos princípios quanto no que concernia ao método.

Tendo como objetivo mitigar influências particularistas, sobretudo, aquelas provenientes de grupos religiosos, notadamente católicos, e dotar a educação de características que assegurassem a unidade, os republicanos defenderam o ensino laico e a escola criada e gerida pelo poder público, ainda que não tivessem assegurado na primeira Constituição a gratuidade do ensino.

Se o que estava em questão era garantir a formação do cidadão republicano, daquele que deveria construir e também representar a unidade do país, seria, então,

responsabilidade do Estado zelar pela sua formação e não deixá-la a cargo de interesses particulares, fragmentados e, sobretudo, matizados por concepções religiosas.

No entanto, utilizou-se o argumento da escassez de recursos do recente estado republicano para justificar a não obrigatoriedade do ensino público gratuito, cujo efeito perverso consistiu na manutenção da desigualdade e no alargamento do fosso entre os diferentes componentes étnicos da população do país. Como resultado dessa política discriminatória, apenas brancos puderam ter acesso à escolaridade, enquanto que negros, indígenas e mestiços permaneceram excluídos desse benefício.

Outro princípio da escola republicana, a laicidade da educação, foi instituído pela Constituição de 1891. No entanto, esta determinação não resistiu à pressão dos grupos religiosos que, em 1934, obtiveram uma vitória parcial sobre seus opositores, conseguindo reintroduzir na escola pública o ensino religioso. Porém, a partir de então, este ensino teria caráter multiconfessional e seria facultativa a frequência dos alunos às aulas, ainda que seu oferecimento se constituísse uma obrigação para a escola e devesse ocorrer durante o horário regular das aulas.

Tendo em vista trilhar os caminhos abertos pela modernidade no tocante às conquistas no campo da ciência e, sobretudo, nos domínios das transformações operadas no âmbito do trabalho e da produção de riquezas, o saber da escola idealizada pela república deveria se constituir em resposta às necessidades então colocadas pelo universo econômico-político e social da burguesia. Desta feita, os conteúdos excessivamente literários, de cunho predominantemente humanista, deveriam ser substituídos por novos saberes tendo em vista desenvolver a educação física, intelectual e moral dos alunos (SOUZA, 2000).

A escola de primeiras letras, unidocente, cujo trabalho do professor se limitava a ensinar a escrita e a leitura a partir do método individual, e a escola multisseriada, instalada em locais improvisados, deveriam ceder lugar para a escola graduada, pública e laica. Para esta nova escola fazia-se necessário adotar um novo método de ensino, método intuitivo. Por meio deste, a repetição, a memorização e a centralidade do saber docente deveriam ser superados pela concepção segundo a qual a aquisição do conhecimento ocorreria por meio de procedimentos naturais, e, portanto, era fundamental entender que o elementar na educação escolar residiria no processo de aprendizagem obtido por meio da relação concreta estabelecida entre o aluno e os objetos que lhe eram apresentados e não, fundamentalmente, na transmissão de conhecimentos pelo professor (RESENDE, 2002).

Transcorridas quatro décadas da instituição da República, a escola ainda não havia se transformado conforme fora planejado: os princípios republicanos não se concretizaram, assim como não havia se tornado real a incorporação de novos métodos. Foi, então, a partir dos anos de 1920 que a educação se tornou alvo de medidas concretas visando a sua modificação. Essas transformações foram em parte fundamentadas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional. O documento, elaborado por Fernando Azevedo e assinado por 26 educadores, representou no âmbito educacional a sistematização de um amplo debate que já estava se desenrolando na sociedade desde a década de 1920. O seu conteúdo refletia, além das incertezas do período, a clivagem de interesses existentes entre o programa educacional defendido pelos católicos, assentado sobre o ensino confessional e privado, e o outro programa assinado pelos liberais que se consubstanciava nas propostas de uma escola laica e pública (ROMANELLI, 1998).

Ainda que muito fragmentadas, as reformas estaduais representaram uma das primeiras grandes iniciativas de se pensar a educação em seus mais diferentes níveis e aspectos e significaram igualmente a tentativa de encontrar soluções para o problema educacional brasileiro, caracterizado pela ausência de um sistema educacional unificado e pelo crônico problema do analfabetismo (BOMENY, 2001).

Após esse período, iniciaram-se na década de 1930, as reformas de caráter nacional, posto que implementadas pelo governo federal por meio do Ministério da Educação e Saúde, tendo em vista unificar o sistema de ensino brasileiro — superando a fragmentação que lhe era peculiar e dotando-lhe de um caráter nacional —, e sobretudo tentar a promover a sua adequação às mudanças em curso na organização do Estado tanto no que diz respeito à esfera política quanto no que concerne ao aspecto econômico. Nesse sentido, foram estruturados e/ou reformados o ensino técnico profissional, o ensino secundário, o ensino primário, o ensino normal e, posteriormente, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961), todos esses ramos de ensino foram objeto de discussão e de alguma reformulação (ROMANELLI, 1998).

Não se deve, contudo, tomar de entusiasmo o período em questão e desconsiderar que, a despeito desses debates e de muitas reformas terem sido propostas e implementadas visando sanar os problemas que caracterizavam a educação no país, terminada a década de 1950, os laços entre a educação e o movimento político-econômico e social ainda repousavam sobre um “solo irregular” pleno de conflitos. Grupos caracteristicamente antidemocratas e conservadores passaram a exercer um controle sobre a expansão e organização da educação no Brasil, sendo que a predominância dos seus interesses pode

ser verificada de duas formas: primeiro, pelo controle da expansão do sistema público de ensino e, segundo, pela manutenção de um modelo de educação escolar ainda excludente, voltado para atender aos interesses de uma elite, com forte predomínio da iniciativa privada na oferta dos serviços educacionais à população (FERREIRA, 1998).

De acordo com Mello e Novais, o predomínio do ensino público sobre o privado, no Brasil, só vai se acentuar na década de 1960, quando: "O ensino de primeiro grau (os antigos primário e ginásio) (...) já era ministrado, pelos estados e municípios, para cerca de 7,5 milhões de discentes, contra apenas os 860 mil dos colégios privados" (MELLO; NOVAIS, 2002, p. 594). Seguindo essa tendência, havia em Uberlândia, na segunda década do século XX, uma considerável movimentação em torno da abertura de escolas particulares, assim como no município vizinho de Uberaba e nos demais estados da Federação. Em geral, essas escolas eram domésticas e particulares, funcionando em residências e/ou outros espaços improvisados.

Em Minas Gerais, por exemplo, a autorização para a formação dos grupos ocorreu em 1906 e, durante vários anos, a expansão desses espaços escolares foi processada timidamente; pois além de incluir poucas localidades, nestas onde eram instalados havia uma quantidade reduzida de estabelecimentos. Na maior parte das vezes, e durante anos, as cidades contavam apenas com um grupo escolar. O caso de Uberlândia é paradigmático dessa carência, pois a primeira escola daquele porte, denominada Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, só foi inaugurada na cidade em 01 de fevereiro de 1915.

Esse primeiro grupo escolar instalado em Uberlândia obedeceu a muitos dos critérios estipulados pela reforma Bueno Brandão: foi construído em prédio próprio, em uma vasta área localizada no centro da cidade, em frente a uma de suas praças centrais. Além das salas de aulas, possuía um salão nobre para realização de eventos e festividades escolares; contava com um diretor e com sete professoras; funcionava em dois turnos, a saber, no período da manhã, o horário das aulas era das 7h às 11h e, no turno da tarde, das 12h às 16h. No ano seguinte ao de sua inauguração, registrou um total de 787 crianças matriculadas (CARVALHO, 2002).

Embora 1915 tenha significado para Uberlândia o início da presença do Estado na educação, foram necessárias várias décadas para que essa se consolidasse de fato. Os estabelecimentos particulares e laicos de ensino predominaram na cidade até o ano de 1940 em detrimento das escolas públicas. Conforme Inácio Filho (2002, p. 54),

Percebe-se que o ensino privado predominou totalmente na região até 1908. Contudo, os números também demonstram que, mesmo após o início da

fundação de escolas estaduais em 1908, o ensino público não conseguiu reverter o quadro na região senão a partir dos anos de 1940. Durante todo este longo período podemos inferir que a formação educacional da elite do Triângulo Mineiro e adjacências esteve, em sua maior parte, nas mãos de interesses particulares, notadamente católicos, uma vez que não encontramos, ainda, registro de alguma escola ligada a outro credo religioso.

Essa tendência privatista refletia, dentre outros fatores, o desinteresse do Estado e a falta de verbas dos municípios para assumir a educação como uma de suas atribuições, ainda que aquela já se constituísse na propaganda política de muitos republicanos.

III

Tomando como fundamentação esse contexto, a exposição resgatou a história das práticas educativas no período republicano em Uberlândia, através da apresentação de ambientes associados a cinco sub-temas [eixos temáticos]: arquitetura, mobiliário, recursos didáticos e sujeitos, além de um ambiente interativo. A idéia foi promover o diálogo entre as diferentes tipologias de acervo e os recursos visuais disponíveis. Neste sentido, ao mesmo tempo em que articulamos imagem texto e objeto no intuito de comunicar o trabalho de pesquisa, buscamos uma diversificação dos métodos expositivos, associando abordagens bidimensionais a estratégias visuais mais próximas do conceito de instalação do que de qualquer outra forma convencional de exposição.

Os textos acompanhados pelas fotografias foram impressos em adesivos transparentes, afixados em painéis de PVC presos ao teto e suspensos por meio de fios de nylon, que sugeriram uma idéia de simplicidade e leveza, bem como criaram um circuito a partir da sua disposição no espaço. Além de serem suportes para os documentos, esses painéis funcionaram como eixos orientadores do espaço, já que impuseram desafios ao olhar do visitante, que teve que enfrentá-los para realizar a sua própria leitura da mostra.

Os objetos foram expostos em suportes convencionais, módulos confeccionados em madeira, mas, é preciso dizer que o tradicionalismo desta forma de apresentação foi rompido pelos elementos visuais fixados no piso, os quais avançam para a superfície dos módulos, promovendo a integração entre piso e suporte. Esses elementos visuais foram imagens de ladrilhos que remeteram à realidade escolar, impressos em materiais adesivos e colados no piso e nos módulos, constituindo-se como balizas para a delimitação das temáticas representadas e como signos instigantes do imaginário do visitante. O propósito desta forma híbrida de exposição foi abrir o campo lúdico para o exercício da memória das

vivências escolares, que certamente será mais intensa quanto mais próxima estiver do sonho.

A ruptura com o tradicionalismo também foi obtida por meio da exposição, no chão, de um mapa-múndi confeccionado por alunos de uma escola pública. O mapa foi amparado por uma estrutura de papel polionda e recoberto por um vidro transparente. Ao ser colocado no chão, entre dois módulos, os visitantes tiveram que realizar um esforço extra para visualizá-lo, pois foi necessário que se abaixassem para verem os detalhes e lerem a legenda.

Um quarto elemento da mostra referiu-se ao painel cilíndrico, exclusivamente fotográfico, medindo 2,80m de altura por 1,65m de circunferência. Este painel foi composto pela superposição de fotografias com temática escolar, abrangendo todo o período correspondente ao recorte temporal da mostra. Em virtude de representar os sujeitos da educação, este painel foi instalado no centro da exposição, remetendo à idéia de centralidade que, supomos, devam ocupar professores, alunos e demais membros da comunidade escolar no processo educativo.

O quinto elemento da mostra caracterizou-se pela confecção de um painel de lona de tecido, medindo 3m de largura por 2m de altura. Sobre este painel foram colados desenhos de observação elaborados em grafite. Os desenhos referem-se a imagens de objetos escolares (globo terrestre, apontador, tesoura, mimeógrafo, apontador, grampeador e outros) e a fachada de uma escola pública. As figuras relacionavam-se ao cotidiano escolar e foram coladas aleatoriamente sobre a lona. Os desenhos se constituíram em referência aos pressupostos tradicionais do ensino da educação artística nas escolas. Até, aproximadamente o final dos anos de 1970 (mesmo que em processo de superação, alguns professores ainda hoje conservam essa prática), essa disciplina tinha como objetivo ensinar os alunos a desenharem a partir da reprodução de imagens que lhes eram apresentadas; como não se aceitavam os desenhos livres, a criatividade era tolhida.

O sexto elemento da exposição – uma sala interativa composta por mesa, cadeira, computador, TV e vídeo-cassete – foi utilizado para apresentar reflexões sobre o emprego de novas tecnologias na educação e também para coletar depoimentos dos visitantes. Nesta sala, os visitantes tinham livre acesso ao computador, conectado à Internet, e puderam registrar as suas opiniões sobre a exposição, elementos de suas memórias educacionais e também dados relativos à história da educação no Município. O resultado destas informações será organizado para compor um banco de dados relativo à história da

educação, que, posteriormente, ficará à disposição de todos os pesquisadores interessados pelo tema.

IV

Conforme assinalado, no início do século XX ainda não havia no Brasil um sistema educacional. Este foi se constituindo aos poucos, simultaneamente ao desenvolvimento das idéias que forjavam a nação. Embora o ponto de partida para a unificação das práticas escolares dispersas tenha se iniciado nos grandes centros urbanos em que se concentrava o poder político, econômico e cultural, idéias e práticas difundiram-se por todos os recantos povoados do país, delineando lentamente o perfil da sociedade brasileira, matizando o mandonismo local e as relações hierarquizadas e preconceituosas com algum verniz de valores republicanos, pequenas manchas que foram se alargando pelo século afora.

A exposição *Práticas Educativas no Período Republicano – Uberlândia: 1915 a 2005* procurou desvelar esse processo por meio da apresentação dos testemunhos da memória de diversos momentos do fazer, legados a esta geração. O trabalho realizado expressou a compreensão de que é possível a apropriação da experiência cultural para compor um quadro inteligível da educação republicana no Brasil ao longo dos cem anos de sua feitura. A leitura da educação apresentada foi, simultaneamente, conhecimento adquirido e interpretação subjetiva de um grupo de pesquisadores formados pelo mesmo sistema educacional vislumbrado na síntese operada pela mostra.

BIBLIOGRAFIA

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, Luciana B. de O. Bar. *A configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto republicano* (Uberabinha-MG, 1911-1929). 2002. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

FERREIRA, Liliana Soares. *Educação & História*. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 1998.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAÚJO, José Carlos S.; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em História da Educação Brasileira*. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, v. 4.

RESENDE, Fernanda Mendes. O método intuitivo em Minas Gerais na primeira república. In: LOPES, Ana A. B. de M. e outros (Orgs.). *História da Educação em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002, p. 440 - 49.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil: (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: A construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos Cedes*, São Paulo, n. 51, p. 9-28, nov. 2000.